



Presidente p.8

“Retórica do Governo não casa com realidade”



PSD p.16

“Governo tem duas caras”

# POVO LIVRE



n.º 1971  
31 de maio de 2017

Diretor: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
n.º 105690 - Propriedade: PSD

# MAIS PRÓXIMOS DAS PESSOAS



Convenção Autárquica nacional do PSD na Maia





Convenção Autárquica nacional do PSD na Maia

## Mais próximos das pessoas

As eleições autárquicas não são “concurso de estrelas, nem uma feira de gado” e não precisam de “transumância ideológica”. Na intervenção de encerramento da Convenção Autárquica nacional, dia 27 de maio, na Maia, Pedro Passos Coelho reafirmou é preciso olhar para o poder local e perceber que há outras possibilidades trazidas pela tecnologia, que nos permitem estar próximo das pessoas como sempre quisemos estar, resolvendo os problemas e dificuldades no plano social e económico.

“Os nossos autarcas estiveram sempre mais próximos do coração das pessoas, porque estiveram próximos das suas circunstâncias, e hoje podem pôr novas ferramentas a trabalhar, para novas respostas. Porque hoje se espera mais das nossas autarquias”, referiu.

Para o líder do PSD, é preciso um trabalho sério com a Associação Nacional de Municípios, com a Associação Nacional de Freguesias e com o parlamento. Porque o ano parlamentar está quase a acabar “e esta matéria ainda não foi discutida. Todo o trabalho é muito insipiente, não foi preparado com a antecedência devida”.

“Isto não é um concurso de estrelas, nem uma feira de gado”, sublinhou Passos Coelho, referindo-se à expressão utilizada no passado por “outras pessoas que a usaram para caracterizar o país”, alertando que é preciso “sobriedade” nas promessas, porque há “políticos que gostam de vender demasiada ilusão”.

O presidente do PSD reconheceu que os candidatos podem não ter soluções para todos os problemas e reiterou o aviso de que é necessária prudência. “Podemos não ter soluções para todos os problemas, mas por favor, em época eleitoral, é bom ter prudência, apesar dos entusiasmos das campanhas, e não deixar



na ideia das pessoas que fazemos milagres, porque essa não é a nossa especialidade”, declarou durante a sua intervenção no púlpito.

“Na política, é preciso talento, é preciso trabalho (...), rigor exigência e depois também ser suficientemente prudente”, reiterou.



“Creio que nós podemos com isto mostrar ao país que estamos em condições de servir as pessoas, sem autossuficiência, sem narcisismo”, prosseguiu, mas “com abertura democrática, sem prescindir do que somos, sendo genuínos, autênticos”.

“Não precisamos de transumância ideológica apesar de sermos gente pragmática que quer resolver problemas, mas não queremos resolvê-los com as soluções dos outros. É com as nossas crenças, com as nossas convicções que o temos de fazer. Uma vez ganhamos, outras vezes perdemos, mas só vale a pena esta atividade política se realmente podermos ter a consciência de o fazer com os nossos princípios, os nossos valores, as nossas ideias”, defendeu Passos Coelho.

## Trabalho desenvolvido pelo Governo na descentralização é insuficiente

O presidente do PSD alertou o Governo que os sociais-democratas não vão andar “a mata cavalos” para concluir o trabalho sobre a descentralização antes do fim da sessão legislativa e avisa que precisa de garantias.

“O PSD aproveita esta Convenção para reafirmar que sim, somos um grande partido defensor da descentralização, fizemos muito por ela em tempos de responsabilidades governativas, na oposição suscitámos esta questão várias vezes convidando os outros a fazer esta discussão”, afirmou.

“Infelizmente a maioria não foi sensível e isso, e agora andamos a mata cavalos, à pressa para ver se conseguimos fechar isto a tempo de podermos dizer que concluímos o trabalho antes da sessão legislativa”, declarou Pedro Passos Coelho.

O trabalho de descentralização devia estar a ser preparado de forma séria. Não de forma apressada. “Normalmente associamos este padrão de decisão a situações de emergência. Vivemos numa situação de normalidade. As decisões nesta matéria são muito importantes e vão moldar o poder local por muitos anos”, afirmou o líder social-democrata.

O verdadeiro processo de descentralização tem de ser pensado. É uma reforma que exige uma “substância efetiva, bem preparada e alinhada”. Não deve acontecer em Portugal o mesmo que aconteceu na Suécia, em que efetuaram a descentralização de competências sem ver se os meios que as recebiam tinha competências para as receber.

O PSD defende a descentralização, “fizemos muito por ela, suscitámos esta questão várias vezes, e agora andam à pressa para ver se fecham isto a tempo. Mas nós não fazemos as coisas de qualquer maneira, nem sem garantias. Não estamos disponíveis para a troca de um título de campanha comprometer um processo que tem de ser bem feito”, assegurou.

Acrescentou que a reforma tinha de ter “substância efetiva” e que o PSD tinha de ter a “confiança” de que era produzida de “forma substancial”, que estava “bem preparada”, bem “alinhada”, e que entraria em vigor com as condições que garantissem “bons resultados”.

“Nós não fazemos as coisas de qualquer maneira e não as faremos seguramente sem garantias. Não andamos distraídos e não substituímos essencial pelo acessório e não estamos disponíveis para a troca de um título para campanha comprometer um processo que precisa de ser bem feito para poder produzir bons resultados por muitos anos”, considerou o líder do PSD, lamentando que as recomendações que o partido fez sobre o plano de reformas tenha sido “letra morta”.

Passos Coelho recordou que quando se discutia o plano de reformas do parlamento, o PSD propôs um conjunto de recomendações e essas propostas ou “foram chumbadas” ou das que foram acolhidas não “passaram de recomendações”, porque na prática “não trouxe nenhuma novidade quanto àquilo que foi acolhido”.





“Gostaríamos que existisse, do ponto de vista global da lei universal daquilo a que se chama o processo de descentralização de competências, uma forma mais direta de todos poderem olhar para o ciclo autárquico, sabendo que ia ter à sua disposição uma parte das ferramentas e dos meios para as poderem por em prática”, defendeu Passos Coelho.

“Pode-se dizer que estamos um ano e meio depois de um novo Governo ter iniciado funções, a ver se conseguimos fazer alguma coisa que nos mobilizada, mas que não teve a preparação adequada”, considerou o presidente do PSD.

A proposta Lei-Quadro da Descentralização do Governo prevê a transferência de competências, entre outras áreas, em educação, saúde (cuidados primários e continuados), ação social (com a rede social), transportes, habitação, proteção civil, segurança pública, áreas portuárias e marítimas e gestão florestal.

Num ambiente de união entre os autarcas do PSD candidatos às próximas eleições autárquicas, que gritaram “Portugal” e “PSD”, Passos Coelho destacou todo o trabalho realizado pela Convenção Autárquica Social Democrata para preparar as eleições deste ano.

“Este é um trabalho minucioso, para ouvir toda a gente” e onde foram escolhidos os que estão “em melhores condições para defender a bandeira do PSD e para servir as populações”, manifestou o líder do PSD.

“Estamos todos muito determinados e com a ambição suficiente para fazer o que é preciso. Só ganha quem tem a humildade de se por ao serviço dos outros”, defendeu Passos, sugerindo aos autarcas que não se precisa de “falar mal dos outros para valorizar” o que fiz de bom.

“Estamos portanto confortáveis com o papel que desempenhamos no país e sabemos hoje que temos uma nova geração de quadros políticos, uma nova vaga de autarcas e de candidatos a autarcas que transportarão muito do que se espera nas autarquias”, resumiu.

## Poder local é decisivo para as populações

“Queremos que os nossos autarcas possam ser gente de ação. O poder local pode ser decisivo para resolver certos problemas. Se as pessoas são o início e o fim da atividade política, temos de criar condições para que os seus problemas se resolvam”, afirmou o líder do maior partido português.

O PSD pode dar um grande contributo para o crescimento do país, para a correção de desigualdades, “se colocarmos a pessoa no centro da nossa intervenção política. E assim exercemos o poder local em pleno.”

“Assim conseguimos apresentar ao país o nosso código genético: uma sociedade plural, com mobili-

dade social, com abertura e tolerância, articulada com os outros, atraindo o que não tem. Temos de valorizar os nossos recursos, procurando-os se não os tivermos. Temos de atrair para investimento no nosso país, algo em que as autarquias têm tido maior relevância”, disse.

O PSD “serve as pessoas sem narcisismo, com cultura democrática, sem prescindir do que somos. Somos pragmáticos e resolver problemas, com as nossas crenças. Só vale a pena desenvolver esta atividade política se tivermos consciência dos nossos princípios, valores e ideias. O que queremos é transmitir que estamos atentos à realidade, não temos soluções para tudo. Em época eleitoral, é bom ter prudência, mas entusiasmo, e não deixar a ideia que fazemos milagres”.

Nas próximas eleições, é preciso ser “prudente para não criar a sugestão de que o que nos propomos fazer o que não está ao nosso alcance. E as pessoas percebem isto. Tratamos as pessoas com respeito e dignidade.”

O PSD permanece com a sobriedade suficiente para as pessoas perceberem que “isto não é um concurso de estrelas nem uma feira de gado. Expressões que não são minhas, mas que já foram usadas para processos que ocorreram no nosso País.”

Se Portugal quer um futuro duradouro e sustentável, “então temos de nos esforçar para ter mais do que aquilo que temos. Reafirmar ao País que não é verdade que em política precisamos na oposição que as coisas corram mal para ganhar. Não é assim. Podemos ganhar com o nosso mérito, se as pessoas acreditarem que vão para melhor connosco. Temos de acrescentar valor ao que fazemos todos os dias. Vamos a jogo com o espírito de quem quer ganhar. Somos capazes de poder ganhar estas eleições. As coisas podiam ter corrido melhor neste ano e meio se tivéssemos continuado a fazer o que tínhamos a fazer e o futuro pode ser melhor se essa oportunidade nos for dada. Temos de fazer todos os dias por merecê-la, e é isso que fazemos. O País não deixará de retribuir ao PSD.”

## “Temos de estancar a deriva a que assistimos em Lisboa”

A candidata do PSD à câmara de Lisboa, Teresa Leal Coelho, pediu aos candidatos às autárquicas que ajudem o partido a “estancar a deriva” que diz ser a governação do PS, nomeadamente na capital nos últimos dez anos.

De acordo com Teresa Leal Coelho, “há 10 anos que os lisboetas e aqueles que querem viver em Lisboa vão perdendo cada vez mais qualidade de vida e vão perdendo mais condições de reunir a família na cidade onde sonham viver”.

Teresa Leal Coelho frisou que se candidata a Lisboa “para ganhar a câmara, porque as pessoas foram esquecidas nos últimos dez anos”, insistindo, ao longo do seu discurso, na falta de condições da cidade para quem lá quer morar.

“Temos de estancar esta deriva a que assistimos em Lisboa. Há 10 anos que os lisboetas e aqueles que querem viver em Lisboa vão perdendo cada vez mais qualidade de vida e vão perdendo mais condições de reunir a família na cidade onde sonham viver. Temos de alterar esta política e é isso que farei com a minha política e com todos os presidentes de junta que vamos eleger”, disse a candidata social-democrata do PSD à Câmara Municipal de Lisboa.

“Estamos a assistir a que a nossa capital não tem capacidade para juntar gerações. A nossa cidade tem vindo a perder sistematicamente residentes. A nossa preocupação vai para as pessoas. A minha primeira preocupação vai para juntar as famílias na cidade de Lisboa”, referiu.

Teresa Leal Coelho recorda que vivem na capital cerca de 125 mil pessoas com idades acima dos 65 anos e que essas pessoas têm os filhos e os netos fora de Lisboa, porque “atualmente a grande preocupação é o turismo e os investimentos imobiliários e não garantir condições de vida dignas de habitabilidade”.

“Nós vamos inverter isso. Nós temos um projeto e uma estratégia para Lisboa. Vamos recuperar Lisboa para os lisboetas e não ter em Lisboa um enorme palco de consagração de programas de exibição”, apontou.

“Aquilo que o PS habituou seja na câmara, nas juntas ou no Governo, é utilizar os recursos para a festa e para a propaganda e não para melhorar as condições de vida das pessoas”, declarou.

Por fim, depois de criticar a municipalização da Carris, porque segundo a candidata à câmara “não tem condições para prestar um bom serviço aos lisboetas”, Teresa Leal Coelho disse que “aquilo que o PS habituou seja na câmara, nas juntas ou no Governo, é utilizar os recursos para a festa e para a propaganda e não para melhorar as condições de vida das pessoas”.

## “Rui Moreira governa conforme lhe apraz”

O candidato social-democrata à câmara municipal do Porto, Álvaro Almeida, acusou o presidente atual da autarquia portuense, Rui Moreira, de “traidor”, populista, déspota e um independente sem enquadramento político e ideológico que não oferece confiança.

“Um independente deste tipo, sem enquadramento político e ideológico, não é confiável. Como os eleitores que nele votaram já se aperceberam e, mais recentemente, o PS veio a perceber”, referiu o candidato social-democrata à câmara municipal do Porto.

Álvaro Almeida acusou o presidente atual da autarquia portuense de “traidor”, populista, déspota e um independente sem enquadramento político e ideológico que não oferece confiança.





“Fez um acordo, ou um projeto comum, como lhe queiram chamar, com esse partido [Socialista] que incluía uma candidatura única, mas não resistiu a uma nova traição prescindindo do seu apoio. Negoceia lugares e oferece cargos à esquerda e à direita, conforme seja mais conveniente para a sua ambição pessoal. Em conclusão, governa conforme lhe apraz, sem orientação política, assente apenas no princípio de quem tem o poder, tem a razão”, declarou o candidato do PSD à Câmara Municipal do Porto.

Álvaro Almeida recordava o caso recente em que o movimento independente de Rui Moreira – “Porto, O Nosso Partido” ter anunciado que prescindia do apoio dos socialistas à recandidatura do autarca, e como consequência a 6 de maio Manuel Pizarro anunciou que ia

ser o candidato do PS à Câmara Municipal do Porto nas próximas eleições autárquicas.

“Um independente deste tipo é um bom exemplo de como não pode haver democracia sem partidos políticos e, por isso, quando decidi intervir na política do Porto, não podia deixar de o fazer associado ao maior partido português. Associei-me ao PSD por afinidade ideológica e porque o PSD representa os valores que me caracterizam e que são os valores autênticos das gentes do Porto”, enumerando o “espírito solidário” e a preocupação com o próximo”, a defesa do trabalho e acima de tudo da “ética e da liberdade”.

A Convenção Autárquica do PSD reuniu mais de 700 candidatos às eleições de 1 de outubro de 2017.





# Determinação



## Carta 7.17

O PSD apresentou na Convenção Autárquica nacional, de 27 de maio, uma carta de compromissos comum a todos os candidatos, com o objetivo de servir melhor Portugal. São estes os 7 compromissos sociais-democratas para as eleições autárquicas de 2017:

Nós, os candidatos nas listas do Partido Social Democrata aos órgãos em disputa nas eleições autárquicas de 2017, vinculamos e orientamos a nossa iniciativa política a cada um dos sete compromissos abaixo enunciados.

### 1. Compromisso de servir: o cidadão é o princípio e o fim da ação política

Os candidatos do PSD promovem um reforço da proximidade às relações políticas. É-lhes exigido que ouçam o povo e que deem expressão às ambições da comunidade. As pessoas são o princípio e o fim de toda a ação executiva e as decisões devem ser tomadas no nível mais próximo dos cidadãos. Os candidatos do PSD, porque colocam os interesses dos territórios à frente dos interesses individuais ou partidários, são enérgicos no governo e não são força de bloqueio na oposição.

### 2. Compromisso com a transparência: a garantia do bom-governo

Os candidatos do PSD pautam a sua ação pelo respeito pela Lei, pela ética e pela moral nos assuntos públicos. É-lhes exigido rigor na gestão dos dinheiros públicos, boa vontade na relação com as instituições da comunidade local e transparência na decisão. Os candidatos do PSD, porque defendem o Estado Social, assentarão o bom governo na crescente modernização e exigência sobre os Serviços Públicos.

### 3. Compromisso com a prosperidade e a coesão social e territorial: autarquia é oportunidade

Os candidatos pelo PSD implementarão estratégias de dinamização da economia local, promotoras do emprego e da coesão social e territorial. É-lhes exigido que promovam a igualdade de oportunidades e que garantam a constituição de uma rede de proteção através da qual nenhum cidadão é deixado para trás. Os candidatos do PSD, porque reconhecem que são as autarquias as unidades políticas mais determinantes para o dia a dia de cidadãos e empresas, trabalharão para consolidar a 'urbe' como motor da economia nacional, numa relação de proximidade com o setor social.

### 4. Compromisso com a inovação: construir a 'cidade inteligente'

Os candidatos do PSD são agentes de mudança e abrem paradigmas de desenvolvimento para a autarquia do futuro. É-lhes exigido que combatam os problemas do presente e antecipem os desafios do futuro, como sempre fizeram ao longo de 40 anos de poder local. Os candidatos do PSD, porque reconhecem o poder transformador da tecnologia, trabalharão para a colocar ao serviço das pessoas, da qualidade de vida e da competitividade territorial.

### 5. Compromisso com a sustentabilidade: ambiental, económica e social

Os candidatos do PSD têm de ser guardiões da sustentabilidade ambiental, do rigor financeiro e da coesão social. É-lhes exigido que reforcem a proteção das áreas ambientalmente sensíveis, que pugnem por um urbanismo de qualidade, que defendam as populações de fenómenos extremos e que apostem nas energias limpas e na eficiência energética. É-lhes exigido que coloquem o rigor financeiro acima dos desejos momentâneos que oneram e pesam sobre as gerações futuras. É-lhes exigido, por fim, que trabalhem incansavelmente para coser um tecido social mais harmonioso e mais justo, onde cada cidadão possa concretizar o seu potencial. Os candidatos do PSD, porque não olham para a sustentabilidade como uma moda mas como um desígnio, respeitarão sempre o contrato entre gerações.





## 6. Compromisso de reforma do sistema democrático: reforçar o papel da sociedade civil

Os candidatos do PSD confiam na sociedade civil e na capacidade dos munícipes para decidir o que é melhor para a comunidade. É-lhes exigido que defendam os passos dados no sentido de uma maior descentralização para as autarquias e que deem novo ímpeto ao processo de reforma, uma vez que a subsidiariedade aproxima o poder das pessoas, além de reforçar a responsabilidade e o valor da participação do cidadão. Os candidatos do PSD, porque compreendem a natureza do afastamento entre eleitores e eleitos, trabalharão para ultrapassar a crise do sistema representativo e implementarão as práticas mais eficazes de escrutínio e envolvimento dos cidadãos no processo decisório. Respeitamos os cidadãos, durante a campanha e no exercício do mandato autárquico.

## 7. Compromisso com as Liberdades: a liberdade funciona, sempre

Os candidatos do PSD acreditam na Liberdade como traço definidor da autarquia. É-lhes exigido que removam os obstáculos à iniciativa individual e que projetem, entre muitas outras formas de Liberdade, as seguintes: a liberdade de construir um projeto de vida, de constituir família, de professar uma religião, de participar na vida da polis, de criar uma empresa ou uma obra de arte. Os candidatos do PSD, porque entendem as cidades como faróis de tolerância, pluralismo e diversidade, serão sempre os primeiros a oferecer uma visão de autarquia onde qualquer cidadão se sinta em casa.







Pedro Passos Coelho no Centro Hospitalar do Algarve

## “Retórica do Governo não casa com realidade”

A “retórica do Governo não casa com a realidade” em várias áreas, como a saúde. No primeiro dia das jornadas parlamentares do PSD, segunda-feira, Pedro Passos Coelho, acompanhado pelo líder parlamentar, Luís Montenegro, e pelos deputados sociais-democratas da comissão de saúde e eleitos pelo Algarve, começaram por visitar o Centro Hospitalar do Algarve e as urgências do Hospital de Faro.

“Há uma retórica que não casa com a realidade, a realidade que temos precisa de ser melhorada, nomeadamente na área da saúde”, afirmou Pedro Passos Coelho, no final de uma reunião de mais de duas horas com representantes sindicais dos médicos e enfermeiros da Região, depois de outra com a administração.

O líder do PSD defendeu que o Algarve precisa de um hospital novo e disse não compreender que a região não esteja incluída nas prioridades do Executivo. “Sabemos que não o podemos construir de um dia para o outro, mas não aceitamos que o Governo tenha incluído a construção de novos hospitais no Orçamento do Estado para 2017 que até à data não saíram do papel e que nas quatro prioridades não esteja o Algarve”, lamentou.

Pedro Passos Coelho salientou que, além da população algarvia, a região recebe picos de turistas em várias alturas do ano e considerou que, sem um novo equipamento, “será muito difícil atrair novos médicos e novos enfermeiros”.

Questionado se o PSD vai tomar alguma iniciativa no parlamento sobre esta matéria, Pedro Passos Coelho sublinhou que o Partido “tem contrariado essa retórica demagógica”, nomeadamente de que não haveria cus-







tos acrescidos da redução das 40 para as 35 horas na função pública.

Sobre os 19 milhões já anunciados para o Centro Hospitalar do Algarve, Passos Coelho disse ter constatado, nas reuniões que manteve hoje, que “até à data ainda não ocorreu” qualquer investimento.

“Quando o ministro das Finanças percebeu que podia estar em jogo a meta do défice, cortou investimento público e também na saúde”, afirmou, acrescentando que se o Governo quiser continuar a cumprir as metas orçamentais terá de fazer ajustes em alguma área, mas advertindo que qualquer corte na área da saúde tem efeitos no dia-a-dia das pessoas.

Depois de falar com os jornalistas, Passos Coelho foi abordado por três utentes do Hospital de Faro que, em tom cordato, o alertaram para os problemas vividos diariamente nesta instituição.

O primeiro dia de trabalhos encerrou com um jantar-conferência, que teve como orador-convidado o professor universitário e politólogo Jaime Nogueira Pinto.





Ricardo Gonçalves

# Visitar, trabalhar e viver em Santarém

Quatro anos com Ricardo Gonçalves à frente da câmara de Santarém permitiram à autarquia sanar as contas públicas. Hoje, o atual presidente do executivo camarário orgulha-se do equilíbrio alcançado na gestão dos dinheiros públicos e garante que essa é uma estratégia que permite libertar recursos a canalizar para a vida do município. Com uma linha de atuação segura, Ricardo Gonçalves recandidata-se para mais um mandato, querendo prosseguir o trabalho feito – preparar Santarém para que continue a ser um concelho para as pessoas, para visitar, trabalhar e viver. Para atrair visitantes, a equipa de Ricardo Gonçalves tem desenvolvido uma valorização do património cultural e gastronómico do concelho. No domínio do trabalho, os resultados falam por si: Santarém já cria 520 postos de trabalho por ano. “Estamos abaixo da média nacional ao nível de desemprego”, explica o candidato, sublinhando a capacidade de atração de investimento, que é cada vez mais significativa no município. Para viver, a requalificação dos espaços para os cidadãos é um eixo estratégico da visão de futuro que Ricardo Gonçalves tem para Santarém. Como marca da sua candidatura, o autarca aponta “a afirmação de Santarém como uma das capitais de distrito que mais se tem desenvolvido e mais se desenvolverá nos próximos anos”.

## Qual o retrato que faz hoje de Santarém?

Santarém é uma cidade que sofreu grandes transformações. Tivemos uma preocupação, nos últimos anos, de requalificar todos os nossos espaços verdes. As Portas do Sol sofreram uma requalificação para ser mais vividos e usufruídos, ao mesmo tempo que todos os jardins que envolvem o casco histórico da cidade foram transformados, para poderem ser fruídos de uma maneira como não eram há uns anos.

O nosso concelho tem-se desenvolvido muito nos últimos anos. Temos uma preocupação que assenta em três vertentes: visitar, trabalhar e viver.

Do ponto de vista do que é o viver, tivemos a preocupação com a qualidade de vida. A recuperação que fizemos nos nossos espaços verdes e urbanos vai ao encontro do que são hoje as novas cidades. Do ponto de vista do que são “smart cities”, temos tido o reconhecimento do trabalho feito. Cada vez mais nos temos destacado nesta área.

Há uma preocupação que temos que tem a ver com o trabalhar. O município de Santarém tem feito uma aposta clara na atração de investimento. Ainda na última reunião de Câmara levámos um regulamento de apoio ao investimento, para que empresas se instalem no nosso concelho e que, durante dez anos, possam estar isentas de pagar taxas ao município. Com isso, queremos tornar-nos mais atrativos do ponto de vista do empreendedorismo e da atração de investimento, mas também queremos uma outra coisa: fixar pessoas.

Nestas três vertentes, há uma que para nós é importante: o viver. Através da revisão do Plano Diretor Municipal, esperamos fixar mais pessoas. Em Santarém, todos os dias entram mais duas mil pessoas do que aquelas que saem para trabalhar. Temos de criar condições para que essas pessoas se fixem. Sabemos que Santarém é um dos concelhos que mais vai crescer nos próximos anos. Cresceu bastante na última década, mas vai crescer muito mais. Somos uma capital de distrito que tem uma situação privilegiada. Temos um nó ferroviário-rodoviário que nos localiza excepcionalmente. Essa localização faz com que Santarém esteja a cerca de duas horas de todo o território nacional. Uma empresa que se instale em Santarém consegue, através das nossas vias de comunicação, em duas horas, preencher todo o território nacional e ainda ir a Espanha e, com isso, poder acrescentar muito valor àqueles que se instalem cá. Com uma outra van-



tagem, que é o facto de estarmos numa zona... Porque ao nível dos fundos comunitários, quem se instalar em Santarém, tem fundos comunitários em 85%. Isso é uma vantagem competitiva muito grande que tem que ser aproveitada. E, por isso, o nosso regulamento de apoio ao investimento vai mesmo nesse sentido: captar mais empresas, para essas empresas se fixarem, criarem mais postos de trabalho e a nossa economia se desenvolver.

Temos setores muitos fortes, como um “agrocluster” muito forte no nosso concelho. Do ponto de vista do turismo, temos conseguido nos últimos anos crescer. O nosso turismo tem crescido, ainda não nos valores que nós queremos. Tivemos um projeto que foi muito importante conjuntamente com a nossa diocese – a Rota das Catedrais; recuperámos uma série de monumentos do nosso concelho. Fizemos a construção do Museu Diocesano, que foi reconhecido internacionalmente como um dos melhores museus feitos nos últimos anos a nível europeu. Com isso, esperamos atrair muito mais gente. Tudo isso tem que ser tratado para que Santarém continue a crescer.

Do ponto de vista da nossa proximidade a Lisboa, acho que é uma vantagem. Santarém pode competir com Lisboa em alguns aspetos e isso é algo que todos nós temos de trabalhar. Não estamos esmagados por Lisboa, porque isso é uma oportunidade, que não podemos desperdiçar. Temos vantagens competitivas que nos permitem ir ao encontro daquilo que os investidores mais necessitam. Portanto, continuaremos a crescer e são muitos os projetos que temos para o próximo mandato.

A questão do trabalhar tem a ver com a fixação de empresas e de trabalho. Segundo os últimos dados que temos, Santarém cria 520 postos de trabalho por ano, estamos abaixo da média nacional ao nível de desemprego (5%), menos de metade do nosso País. Através destas

três vertentes, o viver, o trabalhar e o visitar, Santarém será claramente um concelho de futuro.

## Quais as prioridades para os próximos quatro anos?

Tivemos quatro anos de consolidação orçamental. Foi um mandato em que o município passou de uma situação financeira muito complicada para uma situação financeira muito estável. Hoje podemos dizer que somos um modelo de gestão autárquica, porque o município de Santarém paga a 25 dias, tem as suas contas consolidadas. Hoje, o município de Santarém faz menos obra, mas a obra que fazemos, nós pagamos. Não estamos a comprometer a geração futura. Nós estamos a dizer às juntas de freguesia para investirem nas suas Juntas de Freguesia. Temos verbas adstritas para fazerem obra, para que haja equidade na distribuição do nosso orçamento. E isso tem sido feito para que o crescimento do concelho seja homogéneo.

Os nossos fornecedores querem concorrer aos concursos do município de Santarém, porque sabem que Santarém paga a tempo e horas.

Santarém hoje tem uma outra capacidade de investir. E era uma coisa que nós tínhamos mesmo que fazer. Tínhamos uma situação difícil. O que é que nós nos propusemos? Nós vamos consolidar a dívida do município de Santarém com dois propósitos: ponto um – termos dinheiro para aderir ao quadro comunitário; ponto dois – começar a baixar impostos municipais. Nós já fizemos isso. Conseguimos negociar um pacote de fundos comunitários na ordem dos 18 milhões de euros que nos permitem projetar futuro até 2022, que é quando durará este quadro comunitário, e termos a baixa de impostos municipais. Este ano já conseguimos baixar o IMI, algo que nós queríamos há vários anos. Os



nossos municípios, que contribuem com seus impostos, têm que perceber que não é só com as obras visíveis que os municípios estão a gerir bem. Também, através dos seus orçamentos familiares, têm que perceber que é importante uma boa gestão autárquica, porque com isso pode ficar mais algum dinheiro para investir no concelho – nos restaurantes, no cinema, no teatro. Conseguimos 18 milhões de euros, cinco milhões são importantes para a consolidação das nossas barreiras, mas conseguimos, dentro do plano estratégico de desenvolvimento urbano, ter obras que são importantes.

Vamos lançar este ano a requalificação do nosso Mercado Municipal e da Escola Prática de Cavalaria, onde vamos ter um Museu de Abril e dos Valores Universais, um museu para o qual temos uma comissão muito alargada com todos os partidos. Santarém é uma terra de liberdade e isso tem que ficar marcado.

Nós queremos construir também em Santarém um Observatório da Gastronomia. Somos a capital da gastronomia. Há várias cidades que se podem intitular de terem projetos de gastronomia, mas a capital da gastronomia é Santarém. Com o Observatório da Gastronomia queremos de maneira clara marcar tudo o que seja novo. E esse Observatório da Gastronomia é um projeto que, dentro de dois anos, estará concluído. Vamos apresentá-lo ainda este ano, será construído dentro da nossa Escola Prática de Cavalaria e será um projeto marcante para afirmar definitivamente a marca gastronomia em Santarém. O Festival Nacional de Gastronomia, que já é uma marca de Santarém, é dos festivais mais premiados ao nível da gastronomia e que nos traz todos os anos muitos milhares de visitantes a Santarém.

Nos últimos anos construímos vários campos de futebol, recorde o último, na Escola Agrária; construímos também na zona ribeirinha, na Ribeira de Santarém. Queremos ir mais além, não só requalificar os que já existem, mas também fazer mais campos desportivos. Temos capacidade financeira, hoje, para que isso aconteça. Gostava de dizer, no que é o apoio a essas entidades, que temos regulamentos em que podemos apoiar esses nossos parceiros com verbas anuais que lhes permita desenvolver a sua atividade sem problema nenhum, coisa que há uns anos era impensável. Esses apoios hoje acontecem, são pagos a tempo e horas e hoje conseguimos perspetivar futuro para essas entidades.

No que concerne a centralidades, nós, nos últimos anos, ao nível do que é a reformulação dos tribunais, temos a Cidade Judiciária em Santarém. Quer dizer que, para além do tribunal que já foi construído há cerca de três anos, na nossa Escola Prática de Cavalaria, estamos em negociação com o Ministério da Justiça, para instalação de um terceiro Palácio de Justiça na Escola Prática de Cavalaria, que definitivamente vai transformar Santarém numa grande cidade judiciária e que permitirá que, todos os dias, venham centenas de pessoas a Santarém. Isso já acontece, mas será de uma forma mais cadente e permanente e que possa com que mais pessoas possam deslocar-se ao nosso centro histórico. O nosso centro histórico, que é uma das nossas apostas, já começámos com projetos dentro do nosso Plano Diretor Municipal e do nosso Plano de Desenvolvimento Urbano.

Aquilo que são os espaços seus, nas suas praças, nos seus jardins, que serão concluídos até 2022, intervenção no Largo Padre Chiquito, intervenção aqui nas Alcáçovas, junto às Portas do Sol, intervenções em várias artérias do centro histórico, também queremos através do regulamento do apoio ao investimento que falámos, contribuir para que mais pessoas se possam instalar no nosso centro histórico. Nós hoje temos uma elevada procura de aquisição de imóveis no nosso centro histórico, e isso permitirá que, dentro de 5/6 anos, grande parte do nosso centro histórico esteja recuperado. O município de Santarém está atento irá incentivar que esses apoios sejam feitos.

Mas a grande prioridade do nosso concelho de Santarém é claramente a captação de investimento. Queremos ser diferenciadores ao nível do investimento. Temos várias entidades, por via da ACEP, por via do nosso núcleo empresarial, do NERSANT, procuram-nos para se instalarem em Santarém. No ano passado, fizemos a inauguração da nossa “start-up”, e já hoje está cheia de

empresas que estão a pensar em constituir e em incubar novas empresas e a acrescentar valor ao nosso concelho. Essa “start-up” vai ser aumentada na nossa Escola Prática de Cavalaria. Vamos ter, com toda a certeza, dentro de alguns anos, algumas centenas de empresas que vão nascer em Santarém. Dos indicadores económicos que temos do INE, nós somos o concelho que mais empresas criou ao longo destes quatro anos na região. Somos o concelho que tem das taxas de desemprego mais baixas, que ronda os 5%. Estamos com aquilo que se designa de desemprego friccional. Pelos dados que temos, todos os anos são criados 520 postos de trabalho no nosso concelho. Temos o norte do concelho, as freguesias de Alcanede, Amiais, Tremês, Ameã que são, do ponto de vista do desenvolvimento económico, muito fortes. A ligação a essas empresas é para nós fundamental, não só através das vias de acesso, mas através dos regulamentos de incentivo.

Temos o projeto de desenvolvimento de uma “start-up”, conjuntamente com o NERSANT, a norte do concelho. Esperamos lançar a obra ainda este ano, em Alcanede, para que todo esse tecido empresarial do norte do concelho se possa desenvolver e com isso acrescentar valor. Temos uma região norte que beneficia a nossa produção concelhia, grande parte dos nossos impostos surgem desses empresários, desde a extração de pedra, dos curtumes, do frio, da transformação de carnes. São muitos milhões de euros. Grande parte dessa produção é para exportação, nos últimos anos temos exportado mais do que importamos. Com a instalação desse Centro de Inovação Empresarial para a constituição de “start-ups”, esperamos que seja novamente uma alavanca para o crescimento não só da zona norte como de todo o concelho.

A grande aposta no nosso executivo, no passado, no presente e no futuro, será a Educação. Construímos três centros escolares, sete refeitórios, 47 espaços de jogo e recreio nas diversas freguesias e escolas. Estamos a ampliar três escolas, a requalificação e ampliação da Escola do Vale de Santarém, a Escola da Portela das Padeiras. Se formos diferenciadores ao nível a educação, mais tarde haverá um retorno para o nosso concelho.

#### **Como vai concretizar a coesão nos próximos quatro anos?**

A captação de investimento é prioritária. Já somos o concelho da região – e quando falo de região é região alargada, dentro da região do Alentejo – somos dos concelhos que mais crescem no âmbito de 5 NUTS. Seremos das capitais de distrito daquelas que vai crescer na próxima década. Basta estudar os números. E vamos crescer, porque fizemos uma aposta clara no investimento privado que vai poder alavancar outros investimentos.

Nós achamos que podemos ser diferenciadores. Temos aqui um hospital distrital que tem cerca de 1600 funcionários. Todos os dias entram mais de 2000 pessoas enquanto visitas. Começa a surgir em Santarém um “cluster” da saúde. Temos o Hospital da CUF que já está como entidade privada funcionar em Santarém. Temos tido algumas divergências com a oposição, mas o Hospital da Luz quer também instalar-se em Santarém – um investimento de cerca de 40 milhões de euros – que permitirá fazer um “cluster” da saúde.

E também nos chamados cuidados primários, o município de Santarém conjuntamente com as juntas de freguesias, tem tido a preocupação com todas as extensões de saúde – fizemos recentemente a inauguração de duas Extensões a de Abrã e a de Alcanhões – nós já dissemos aos senhores presidentes de Junta, que tem Extensões de Saúde, para nos dizerem quais as obras que são necessárias nessas Extensões de Saúde, porque queremos melhorar.

Com estas duas unidades hospitalares que já existem e com uma terceira que já se perspetiva, formaremos um “cluster” da saúde no nosso concelho, que permitirá fixar médicos, enfermeiros e outro pessoal.

Somos dos concelhos do País que tem mais património classificado. Esse património tem de ser visitado. Começamos a fazer parcerias com entidades que trazem turistas a Santarém. Numa primeira fase, começam a vir um dia por semana, mas até setembro é previsível que comecem a vir autocarros com turistas ao nosso concelho. Temos que potenciar os Caminhos de Fátima e os Caminhos de Santiago. Por dia, 15 a 20 pessoas passam por Santarém para fazer o Caminho de Santiago. A procura das unidades turísticas tem aumentado. Sentimos essa procura. Estamos a lançar várias campanhas de afirmação do nosso concelho. Temos ganho vários prémios com o Festival Nacional de Gastronomia. Todos os dias durante o verão temos animação, desde o solstício ao equinócio, com festas diárias e noturnas na nossa cidade. No ano passado, fomos premiados por essa atividade cultural.

#### **Qual a marca da sua candidatura?**

A marca da minha candidatura é a afirmação de Santarém como uma das capitais de distrito que mais se tem desenvolvido e mais se desenvolverá nos próximos anos. É uma afirmação clara que Santarém é uma capital de distrito que, do ponto de vista de empreendedorismo e da fixação de empresas, que terá que se contar. Nunca olhámos muito para o empreendedorismo e a fixação de empresas. Sempre olhámos para outras vertentes, e a vertente para a criação e fixação de empresas será fundamental para a nova afirmação.







Autárquicas 2017

# PSD aprovou 58 acordos de coligação

A Comissão Política Nacional aprovou, dia 25, na sede nacional do PSD, 58 acordos de coligação com vários partidos para as eleições autárquicas a decorrer em 1 de outubro.

## **I - Coligações PPD/PSD.CDS-PP** **Total: 40**

Distrito de Braga: 5  
Amares; Barcelos; Fafe; Vila Nova de Famalicão; Vizela.

Distrito de Bragança: 1  
Vinhais

Distrito de Castelo Branco: 2  
Vila Velha de Ródão; Idanha-a-Nova

Distrito de Coimbra: 1  
Góis

Distrito de Évora: 3  
Estremoz; Portel; Redondo

Distrito de Faro: 3  
Alcoutim; Castro Marim; Loulé  
Distrito de Leiria: 2  
Bombarral; Figueiró dos Vinhos

Distrito de Lisboa: 4  
Alenquer; Cascais; Sobral de Monte Agraço; Torres Vedras

Distrito de Portalegre: 1  
Nisa

Distrito do Porto: 6  
Amarante; Gondomar; Lousada; Valongo; Vila do Conde; Vila Nova de Gaia

Distrito de Santarém: 3  
Ourém; Rio Maior; Salvaterra de Magos

Distrito de Setúbal: 3  
Montijo; Palmela; Sesimbra

Distrito de Vila Real: 1  
Montalegre

Distrito de Viseu: 5  
Castro Daire; Oliveira de Frades; Santa Comba Dão; Tabuaço; Vila Nova de Paiva

## **II - Coligações PPD/PSD.CDS-PP.MPT** **Total: 7**

Distrito de Faro: 4  
Aljezur; Lagos; São Brás de Alportel; Vila do Bispo

Distrito de Leiria: 1  
Marinha Grande

Distrito de Setúbal: 1  
Moita

## **III - Coligações PPD/PSD.CDS-PP.PPM** **Total: 1**

Distrito de Braga: 1  
Braga

## **IV - Coligações PPD/PSD.CDS-PP.MPT.PPM** **Total: 2**

Distrito de Faro: 1  
Faro

Distrito de Lisboa: 1  
Vila Franca de Xira

## **V - Coligações PPD/PSD.MPT** **Total: 1**

Distrito de Leiria: 1  
Leiria

## **VI - Coligações PPD/PSD.PPM** **Total: 3**

Distrito de Castelo Branco: 1  
Covilhã

Distrito do Porto: 2  
Felgueiras; Porto

## **VII - Coligações PPD/PSD.NC** **Total: 1**

Distrito de Santarém: 1  
Cartaxo

## **VIII - Coligações PPD/PSD.CDS-PP.MPT.PPM.PPV/CDC** **Total: 1**

Distrito de Braga: 1  
Guimarães

## **IX - Coligações CDS-PP.PPD/PSD** **Total: 2**

Distrito de Santarém: 1  
Constância

Distrito de Setúbal: 1  
Alcochete

## **X - Coligações CDS-PP.PPD/PSD.MPT.PPM** **Total: 1**

Distrito de Faro: 1  
Portimão



# Governo reduz comparticipação de medicamentos a doentes oncológicos

O PSD confrontou o Governo com a redução da comparticipação de determinados medicamentos aos trabalhadores do Estado, nomeadamente a doentes oncológicos ou com esclerose múltipla.

“Confirma o Governo que existem situações em que os medicamentos do grupo dos antineoplásicos e imunomoduladores deixaram de ser comparticipados a 100% a beneficiários da ADSE, inclusivamente no âmbito de tratamentos de cancro?”, interrogam os deputados do PSD, numa pergunta dirigida ao ministro da Saúde.

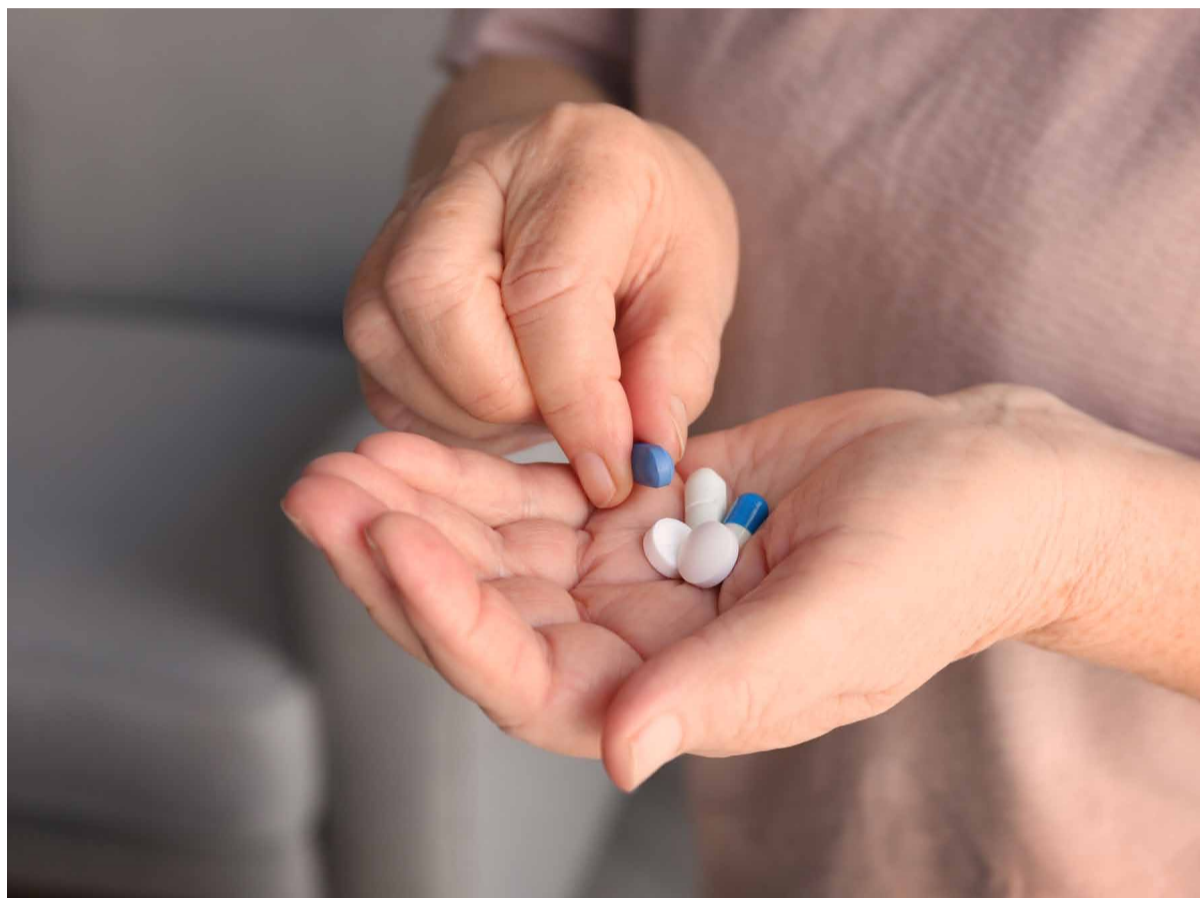
Apesar de os recursos públicos serem escassos, o deputado Miguel Santos lembra que não se podem “fazer opções no setor da Saúde” que deteriore “a vida das pessoas no que de mais vital importa”. “Esta decisão pode prejudicar significativamente a qualidade de vida de doentes oncológicos ou com esclerose múltipla. Nestes casos, não existem opções disponíveis. É mesmo necessário não permitir que tal restrição seja aprovada e, se o for, que seja rapidamente revogada”, defendeu o social-democrata.

Os deputados do PSD referem ainda que a ADSE “estará a comparticipar os referidos medicamentos a 80%, percentagem aplicável à sua utilização fora dos casos de quimioterapia, situação que está a dificultar o direito do acesso por parte de doentes oncológicos”.

Estão em causa os cuidados e o atendimento em diversos hospitais do Serviço Nacional de Saúde em regime de Parceria Público-Privada (PPP), designadamente no Hospital de Braga.

Para o PSD, os doentes beneficiários da ADSE com esclerose múltipla devem ter acesso gratuito aos medicamentos do grupo dos antineoplásicos e imu-

nomoduladores, em regime equiparável aos casos dos doentes com tratamento de cancro.



**Acompanhe-nos no dia-a-dia...**

**PSD TV**



Conferências de Imprensa,  
Transmissões em direto,  
Discursos e Intervenções políticas



Entrevistas, Opinião, História,  
Iniciativas



O dia-a-dia da atividade  
do PSD



Noticiário semanal todas  
as sextas-feiras



# Candidatos do PSD querem melhoria da região de Leiria



Os presidentes das Câmaras de Alcobaça, Batalha e Pombal e os candidatos do PSD às autarquias de Leiria e Ourém subscreveram um documento numa reivindicação conjunta pela melhoria da região de Leiria. As reivindicações são antigas, mas foram feitas de forma individual. Os autarcas acreditam que unidos terão “mais peso”, pelo que irão pressionar as comunidades intermunicipais a que pertencem os diferentes concelhos para uma “ação concertada e firme para que estes assuntos sejam resolvidos”.

“Só somos grandes quando estamos unidos e não separados. O que acho estranho é que os socialistas não estejam unidos. Precisamos de todos, não é uma questão de partido, mas de região”, salientou o candidato à Assembleia Municipal de Leiria pelo PSD, Teófilo Santos.

Em conferência de imprensa, dia 26 de maio, todos evidenciaram a importância da abertura da Base Aérea de Monte Real à aviação civil e a eletrificação da Linha do Oeste até Leiria.

“Há muitos anos que temos vindo a defender a eletrificação da Linha de Oeste como forma de diminuir o tempo de chegada a Lisboa e também a abertura ao tráfego civil em Monte Real”, precisou o candidato do PSD à Câmara de Leiria, Fernando Costa.

O candidato do PSD à Câmara de Ourém, Luís Albuquerque, acrescentou que o aeroporto de Monte Real “é uma estrutura importante para o desenvolvimento económico desta região, que tem um tecido empresarial muito forte” e “poderia potenciar o desenvolvimento do turismo religioso”.

O presidente da Câmara de Pombal, Diogo Mateus, salientou a necessidade da criação da ligação entre a Estrada Nacional (EN) n.º 1 e a autoestrada n.º1 (A1), o “chamado” nó Meirinhas/Barracão.

Diogo Mateus alertou ainda para a necessidade de “requalificação generalizada do IC2 de pombal até ao limite do distrito de Leiria, na Redinha”.

Para o presidente da Câmara de Alcobaça, Paulo Inácio, o “distrito de Leiria está há muito tempo a necessitar de uma política de investimento de mobilidade decisiva para o seu desenvolvimento económico”.

“Não aceito que não tenha sido feito o nó do IC9 em Aljubarrota, que é uma das maiores marcas nacionais e até internacionais do país. O IC2 é uma via rodoviária que atravessa grande parte do distrito de Leiria e não podemos aceitar a mortalidade dos nossos concidadãos por falta de investimento, porque, além de produzir economia, salva vidas”, acrescentou Paulo Inácio, reivindicando também obras na EN86, que liga Alcobaça à Benedita.

Dada a proximidade de Leiria, Luís Albuquerque também assinou o documento conjunto, por entender que “existem lacunas que aparecem associadas a toda a região”.

A ligação do IC9 em Ourém à A1 é uma das exigências do candidato, “não só pela proximidade de Fátima”, mas porque “serve o norte do concelho, que tem um tecido empresarial forte”.

Sublinhando o “facto inédito de candidatos, que representam no seu conjunto mais de 300 mil habitantes, ultrapassam duas comunidades intermunicipais e dois distritos num propósito comum”, o presidente da Câmara da Batalha, Paulo Batista dos Santos, afirmou que o “Governo vem falar numa indústria 4.0 para uma região que é altamente desenvolvida, mas esquece que há problemas estruturais para resolver”.

O autarca desafiou o primeiro-ministro, António Costa, para “responder aos leirienses”, porque os concelhos da região “foram castigados”, ficando de fora na ligação às zonas industriais.

Paulo Batista dos Santos lamentou ainda que o propósito de construção da A19, que liga Porto de Mós, Batalha e Leiria, “esteja comprometido pela via das portagens”.

O documento assinado por todos será entregue ao Governo.



# Proposta de regulação “equilibrada e justa” da Uber e Cabify

O PSD pretende que a regulação dos serviços prestados pela Uber e Cabify seja mais equilibrada e justa. Assim, apresentou um projeto de lei que estabelece o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados, a partir de uma plataforma eletrónica (TIRPE).

“O PSD quer garantir que não há um tratamento de favor regulatório deste modo de transporte relativamente a outros e, em particular, dos serviços de táxi. Quer também colocar as plataformas eletrónicas no centro do quadro de obrigações regulatórias. São as plataformas que têm de assegurar o cumprimento das obrigações respetivas aos motoristas e aos veículos utilizados nos serviços”, explica Luís Leite Ramos.

Segundo o vice-presidente do grupo parlamentar, “o PSD quer assegurar os direitos do utilizador, a idoneidade dos condutores e os seus direitos laborais, a transparência e a regulação na formação dos preços, assim como limitar as taxas de intermediação e, ainda, criar uma taxa reguladora para cada serviço e que servirá para financiar o Fundo de Transportes Públicos.”

Assente nos pressupostos de que o utilizador elege a plataforma e não o motorista e só escolhe os motoristas oferecidos pela plataforma (sendo toda a contratação formatada e condicionada pela plataforma), o PSD acredita que é a plataforma que está em condições de garantir a coerência e a legalidade da operação.

Ao contrário da proposta do Governo, o PSD defende que o objetivo do legislador deve ser o interesse público, procedendo por isso à sua regulação e proteção. “Em suma, consideramos que esta é uma proposta equilibrada e justa, que tem em conta o maior interesse público em presença, sem perder de vista a sustentabilidade de todos os operadores económicos presentes no mercado do transporte individual de passageiros”.



## Não há reforço de verbas para a vinha

O reforço financeiro do programa de reconversão da vinha corresponde a uma “antecipação das verbas” e não a um “verdadeiro aumento”, diz o deputado Nuno Serra, acusando o Governo de “mandar areia para os olhos das pessoas”. Através de uma pergunta dirigida ao ministro da Agricultura, o PSD pretende, agora, conhecer “a dotação total do programa VITIS para o período 2015-2020” e a razão de rejeição de dezenas de candidaturas.

“O que pedimos é que o senhor ministro esclareça se há mesmo reforço ou se há antecipação de verbas. Se for um reforço, é salutar. Se for uma antecipação, estamos a mandar areia para os olhos das pessoas, porque não há mais dinheiro nenhum”, alerta Nuno Serra.

O vice-presidente da bancada parlamentar do PSD interroga ainda: “o reforço anunciado pelo Governo, em maio de 2017, de mais 40 milhões de euros, aumentará a dotação total do programa até 2020?”

O PSD recorda que as normas no acesso ao programa de Regime de Apoio à Reestruturação e Reconversão da Vinha (VITIS), para a campanha 2017/18, foram definidas segundo “uma estratégia de política pública”, através de portaria. O Governo definiu uma “grelha de prioridades” para as candidaturas que penaliza os pequenos produtores com menos de três hectares, uma vez que só acima desta dimensão a candidatura beneficia de um critério preferencial.

O grupo parlamentar do PSD denunciou esta situação em fevereiro de 2017, ao que o Governo respondeu não existir qualquer discriminação e que caso viessem a existir candidaturas em condições de ser aprovadas com valor superior a este montante [40 milhões de euros] seria feito um rateio nos termos da legislação em vigor.

Em maio de 2017, após a hierarquização das candidaturas do VITIS, com dotação de 40 milhões de euros, verificou-se a rejeição de dezenas de candidaturas válidas por falta de dotação orçamental.





Luís Montenegro na abertura das jornadas parlamentares do PSD

## “Governo tem duas caras”

“Marcar a atividade parlamentar e partidária com iniciativas que visem dar a Portugal estratégias que garantam mais futuro e um País mais próspero e justo”, é o objetivo das jornadas parlamentares do PSD, de acordo com Luís Montenegro.

“No último ano, apresentámos muitas iniciativas em diferentes áreas: descentralização, segurança social, educação, economia, saúde, desporto, ambiente”, afirmou Luís Montenegro, contrariando a ideia de que o PSD não tem apresentado iniciativas ou propostas legislativas. É tempo, por isso, de a bancada parlamentar “fazer um esforço de afirmação das nossas ideias”.

As jornadas do PSD assumem-se como oportunidade para defender e apresentar projetos, como a regulação do transporte de passageiros (uma vez que a iniciativa pendente do Governo complica e não garante a qualidade do serviço prestado pelas plataformas eletrónicas). Pretendem, também, refletir sobre o tema da violência, abandono e isolamento dos idosos, “que o PS tem desenhado”.

Luís Montenegro recordou a suposta integração dos precários, preconizada pelo atual Executivo, para a classificar como “propaganda em véspera de eleições”. “Ficámos a saber que o próprio Governo usa estagiários



não remunerados para funções de capital importância”, disse, referindo-se ao Centro Jurídico junto da Presidência do Conselho de Ministros. “O Governo tem duas caras e recorre a subterfúgios e malabarismos”, acrescentou.

Sobre o alojamento local, os social-democratas dizem que “o caminho de afirmação desta oferta é positivo”. Contudo, consideram que o Governo parece não apreciar o alojamento local. Propor que dependa da concordância dos condóminos é, de acordo com Luís Montenegro, “matar o Alojamento Local, sobretudo daqueles que não podem ser proprietários de prédios inteiros”.

O líder da bancada parlamentar referiu-se, ainda, às eleições autárquicas para destacar “o empenho do grupo parlamentar no combate político”, sublinhando que os deputados estão disponíveis para acompanhar os autarcas. “O País é, também, os municípios e as juntas de freguesia”, disse, realçando que Portugal “cresce muito a partir da base local”. Mesmo que o governo seja “mau”, “não estamos condenados a não crescer por causa disso, se tivermos uma base local que trabalha”, afirmou.

### Algarve: “É esta comunidade que tem o direito de almejar garantir iguais oportunidades”

“Quando os deputados visitaram os 16 concelhos deste distrito e trataram de conhecer melhor as realidades essenciais à qualidade de vida dos cidadãos, fizemo-lo porque objetivamente é muito mais do que sol e mar. É esta comunidade de pessoas, instituições. É esta comunidade que tem o direito de almejar garantir iguais oportunidades àquelas que, noutras zonas do País, os nossos concidadãos têm e merecem”. Foi assim que Luís Montenegro se referiu à escolha do Algarve para realização das Jornadas Parlamentares. “No Algarve vivem quase meio milhão de pessoas em permanência”, referiu o líder parlamentar, acrescentando que é objetivo do partido “percorrer todo o território nacional”, de modo a identificar as reais necessidades e a trabalhar eventuais soluções.

### “‘Gaffe’ monumental”

“Foi com grande estupefação que nos apercebemos de que houve quem dissesse que preferíamos um destino turístico a uma região do interior”, recordou, classificando os comentários do presidente do Partido Socialista, Carlos César, de “gaffe monumental”, na medida em que, estando à data de tais declarações em Bragança, “nem sequer se apercebeu de que o distrito, como aliás outros do interior do País, são também eles destinos turísticos”. Luís Montenegro disse, ainda, que “só quem ignora este potencial poderia estar a referir-se ao Algarve como um destino turístico, sem se aperceber de que também ele pisava terras onde o turismo é um setor essencial da atividade económica”.

Luís Montenegro defende que tais afirmações devem “merecer uma reflexão política”. “É bom que os algarvios também possam avaliar a qualidade de quem nos representa e avaliar se as diversas forças políticas são merecedoras, ou não, do apoio eleitoral que lhes tem sido facultado”, acrescentou, considerando que se trata de “um caso bem elucidativo de quem não merece o apoio eleitoral” que tem recebido.

### Reforma do sistema eleitoral

A reforma do sistema eleitoral deverá ser discutida após as eleições autárquicas, de acordo com declarações de Luís Montenegro, presidente do grupo parlamentar do PSD, defendendo que o primeiro-ministro deve ser consequente, aproximando-se da iniciativa preconizada pelo PSD, não ficando refém do BE e do PCP.

Na proposta eleitoral, as linhas orientadoras do PSD incluem a redução do número de deputados – possibilidade já prevista pela Constituição; entre 180 e 230 deputados – a consagração de um modelo de voto preferencial, em que o eleitor escolhe a ordem dos deputados e os mecanismos que facilitam o direito de voto, em mobilidade, um sistema mais flexível do que o atual.

“Hoje não faz sentido, sobretudo em eleições de círculo único, que uma pessoa não possa votar num sítio, independentemente de estar recenseado noutra”, afirmou o líder parlamentar do PSD, dizendo que essa medida, que passará por uma informatização do sistema, é uma medida importante de combate à abstenção eleitoral.

Luís Montenegro explicou que o PSD defende a continuidade de círculos plurais de lista, com a possibilidade de os eleitores poderem escolher, em cada círculo, o deputado que se submete a sufrágio.

“Eu bem sei que nesta altura o Dr. António Costa foge como o diabo da cruz de tudo aquilo que possa perturbar a sua relação com o PCP e o BE, mas creio que o País não pode ficar adiado, porque tem um primeiro-ministro refém politicamente”, lamentou Luís Montenegro, contrapondo que o PSD continuará a insistir nesta matéria.

As propostas do PSD poderão dar entrada na Assembleia da República ainda nesta sessão legislativa, embora com discussão apenas para depois das eleições autárquicas de 1 de outubro.

Nas jornadas parlamentares, que começaram esta terça-feira em Albufeira, os deputados do PSD estão a debater um conjunto de propostas políticas sobre os mais diversos temas, tais como: Saúde, Educação, Ambiente, Florestas, Cultura, Mobilidade, Segurança, Política das Pescas, Descentralização e Alojamento Local. Subordinadas ao lema “Determinação”, as jornadas terminam quarta-feira com a intervenção do presidente do PSD, Pedro Passos Coelho.



Procedimento por Défice Excessivo

# PSD felicita portugueses por sucesso alcançado



O líder parlamentar do PSD cumprimentou os portugueses e o Governo pelos esforços que deverão resultar no anúncio da saída do Procedimento por Défice Excessivo (PDE). Deixou, contudo, um aviso, importa não viver apenas da “boa herança” e da “boa conjuntura”, mas promover reformas estruturais e, consecutivamente, o futuro do País.

Luís Montenegro realçou, no debate quinzenal de 23 de maio, “o esforço e a tenacidade do povo português” que contribuíram para que a Comissão Europeia tenha recomendado, esta segunda-feira, a saída de Portugal do Procedimento por Défice Excessivo. “Não temos problema em cumprimentar também o Governo por ter dado continuidade ao caminho de baixar o défice que vinha a ser percorrido desde 2011”, afirmou, acrescentando que o cumprimento “envolve uma exigência”: “é preciso não desbaratar o esforço feito”.

De acordo com o líder parlamentar do PSD, importa agora “crescer muito mais do que aquilo que crescemos em 2016”, pois “não aguentaremos uma trajetória de consolidação orçamental se não colocarmos o País a crescer, pelo menos, o dobro do ano passado”. Referiu-se à necessidade de “reformular o Estado e a economia”, bem como de “sustentar um caminho de finanças públicas saudáveis e de crescimento económico duradouro”.

“O País tem de saber se este primeiro-ministro quer deixar de viver só dos rendimentos da herança que recebeu ou se quer acrescentar valor à sua passagem pelo governo para poder projetar o futuro”, afirmou o social-democrata. É importante que António Costa “não se esqueça de que recebeu um País a crescer, com o défice a diminuir, e muito, com o desemprego a baixar e tudo fruto de várias reformas estruturais concretizadas de 2011 a 2015”, relembrou.

## “Boa herança e uma boa conjuntura”

“O primeiro-ministro tem uma boa herança e uma boa conjuntura”, declarou, referindo-se a uma “Europa a recuperar”, a um “parceiro comercial que cresce mais do dobro do que nós”, a “uma conjuntura internacional

que vê baixar, e muito significativamente, o preço do petróleo”, e a uma “procura turística como nunca tivemos nos últimos anos”. Urge, pois, que António Costa tome “uma opção”: “saber se quer viver à conta dessa herança ou se quer aproveitar a herança e a conjuntura e projetar o País para um ciclo de crescimento verdadeiramente duradouro e sólido para as próximas décadas”. Trata-se, segundo Luís Montenegro, de “uma questão essencial” que “não se faz com retórica, nem com show off”, mas com “medidas políticas de fundo, com coragem, com o reformismo que tem faltado”.

O social-democrata questionou, ainda, António Costa sobre como vai “lidar com esta farsa, este teatro que envolve o seu apoio político aqui no Parlamento”. Referia-se a PCP e a BE que, embora suportem a maioria parlamentar, “não celebram” a saída do Procedimento por Défice Excessivo. “Aliás, estão já a projetar desaproveitar o esforço que fizemos nos últimos anos”, explicou. “Jerónimo de Sousa veio dizer que ia fazer uma luta sem tréguas para evitar as políticas de direita do orçamento. Quais são as políticas de direita do orçamento e deste Governo? São aquelas que Jerónimo de Sousa aplaude e apoia quando vota precisamente os orçamentos nesta Assembleia da República?”

## “Excesso de défice é bloqueio a um crescimento sólido e duradouro”

Luís Montenegro lembrou ser a terceira saída de Portugal do Procedimento por Défice Excessivo, nos últimos 15 anos. “Creio que, como País, temos de ter a humildade de reconhecer que estar ciclicamente a entrar e a sair é mau, não é vida para um país como Portugal”, afirmou, acrescentando que “o excesso de défice é bloqueio a um crescimento sólido e duradouro da economia e do tecido social”.

Referindo-se a uma “divergência inultrapassável”, Luís Montenegro levou ao Parlamento a Resolução do Conselho de Ministros publicada em 27 de dezembro de 2010, definindo-a como “uma boa cartilha para se [António Costa] inspirar na evolução social e económica do País”. Segundo explicou, o primeiro-ministro “vai

conseguir encontrar as diminuições nas prestações sociais, a diminuição remuneratória na Administração Pública, a redução de cinco mil docentes logo no ano letivo de 2010/2011, o decréscimo dos valores do abono de família, a não atualização dos valores de outros abonos sociais”.

## Governo vai dar cumprimento a resolução do parlamento sobre Almaraz?

Sobre a Central Nuclear de Almaraz, o líder da bancada parlamentar disse que importa saber “se o Governo vai dar cumprimento a uma resolução unânime do Parlamento português que visa encetar as diligências para assegurar o encerramento desta central, visto que faz 40 anos, em 2020, e será um tempo adequado para promover o encerramento, por questões de segurança”.





# Novas regras para o Conselho Económico e Social

Para o PSD, a atual lei do Conselho Económico e Social (CES) não cumpre os princípios de democraticidade, abrangência e representatividade a que deve obrigar a missão atribuída pela Constituição, sendo necessário a representações de juventude, pensionistas e representantes das comunidades portuguesas.

As alterações propostas à lei do CES, estão centradas na integração de representantes de categorias no Conselho Económico e Social que pretendem “assegurar a real democraticidade e representatividade do CES”, de acordo com Joana Barata Lopes, deputada.

O PSD propõe a alteração do método de designação nos casos em que a categoria não respeite a uma entidade específica, como acontece na distribuição dos oito representantes dos trabalhadores. Estas vagas devem ser atribuídas de acordo com concurso decorrente de edital e não por escolha do presidente do CES, como acontece atualmente.

Outra alteração: o consenso dos participantes do CES para a integração de novas entidades, concorrentes a vagas, deixa de ser necessário. Isto é relevante no bloqueio que se verifica promovido pelos representantes dos patrões.

O PSD propõe, ainda, a clarificação do procedimento em caso de vacatura do órgão – presidente do CES – ou a alteração dos representantes do setor social que passa a distinguir IPSS, misericórdias e mutualidades.

As alterações propostas decorrem da apreciação de um conjunto de diplomas que alteram a composição do Conselho Económico e Social, já debatidos na generalidade em sessão plenária, onde se incluem três propostas do PSD para inclusão, nomeadamente, do Conselho Nacional de Juventude; de representantes das organizações representativas de reformados, pensionistas e aposentados; e representantes das Comunidades Portuguesas.







## Proposta do Governo de registo de navios prejudica a Madeira

O PSD considera um “violento ataque ao Registo Internacional de Navios da Madeira” e aos interesses da Região Autónoma a proposta do Governo que visa criar um novo registo de navios no território continental concorrente e que exclui o arquipélago da Madeira.

“É mais um inadmissível e violento ataque à Região Autónoma da Madeira, o Governo continua a não despir a farpela partidária e a governar apenas para alguns, prejudica e discrimina uma região única e exclusivamente com base em motivos político-partidários”, lamentam os deputados eleitos pelo PSD da Madeira.

Sara Madruga da Costa, Rubina Berardo e Paulo Neves manifestam repúdio à proposta de lei do Executivo e sublinham que a “previsão de uma redução fiscal através do regime do ‘tonnage tax’” (imposto calculado em função da tonelagem dos navio) “impede que as empresas registadas na Madeira também possam optar por esse regime”.

O PSD estranha o diploma que o Governo pretende levar a Conselho de Ministros que expõe uma situação escandalosa, “porque as empresas registadas na Madeira ficam impedidas de o fazer, mas não outras empresas registadas em outras praças financeiras estrangeiras”.

Também o presidente do governo madeirense, Miguel Albuquerque, escreveu ao primeiro-ministro a protestar contra esta proposta, qualificando-a de “anti-patriótica”, que “discrimina negativamente” a Madeira e vai beneficiar os registos estrangeiros concorrentes.

O PSD recorda que a Madeira ocupa o terceiro lugar no registo de navios no espaço europeu e o segundo ao nível da arqueação bruta média.





## O realismo positivo do PSD

**Marco António Costa (\*)**

O realismo positivo é a atitude de quem olha para a realidade, identifica os problemas e assume a determinação para os vencer. O otimismo irritante é o que acredita que o tempo se encarrega de resolver de forma definitiva os problemas.

Ora, o PSD coloca-se como um partido do realismo positivo e construtivo. Por isso, o PSD incentiva agora o PS e o Governo a assumir uma postura proactiva e reformista, em nome do interesse nacional. Todos percebem que o imobilismo do Governo, sob o ponto de vista reformista, mais não é do que o preço a pagar pela base de apoio que António Costa escolheu, após as eleições que perdeu em 2015, e em função das escolhas que, então, decidiu fazer, de forma a poder assaltar o poder.

Agora, António Costa acha que a conjuntura poderá resolver os problemas de natureza estrutural, bastando para isso que o tempo corra, e se entusiasmem as pessoas em volta de um otimismo irritante. A verdade é que a conjuntura e a tática conjuntural só adiam os problemas estruturais e não preparam o país para o futuro.

O PS tem esta pulsão eleitoralista que leva a nunca querer desagradar às corporações e a nunca querer assumir uma postura de realismo. É por isso que o PSD convida o PS a abandonar os seus temores eleitoralistas e a fazer o que lhe compete como governo: governar!

A sua base de apoio quer manter uma atitude imobilista e retrógrada, que é desfavorável ao futuro dos portugueses. E o PS, se escolher governar refém dessa atitude, estará objetivamente a prejudicar os portugueses. Não terá como se desculpar por optar, conscientemente, por não reformar Portugal, desperdiçando um caminho estável de consolidação das vitórias que temos conquistado no plano económico e social.

O PS, como partido do arco da governação, deve servir Portugal com patriotismo, quer esteja no poder ou na oposição, em vez de atender ao calendário eleitoral e à craveira dos fundamentalismos do politicamente correto.

Daqui em diante, o PS não tem nem desculpa nem perdão se Portugal não atingir as metas que pode e deve atingir em termos de crescimento económico, saldo estrutural e dívida pública. Olhem para a Irlanda!

Daqui em diante, o Governo está entregue à sua responsabilidade e às suas escolhas, na justa medida em que pode continuar a fazer o trabalho que começámos, mas não deve prescindir de o fazer apenas e só conjunturalmente. Deve fazê-lo de forma estrutural, para garantir a durabilidade das boas notícias que começaram em 2013, se confirmaram em 2014 e se voltaram a manifestar, agora, com a saída do PDE.

Cabe ao Governo escolher a ambição de semear as reformas que, tal como as por nós realizadas em 2012 e 2013, assegurem um otimismo sustentado numa realidade sólida. Uma vez que quiseram construir uma solução de governo menos convencional, pelo menos que exerçam a ação governativa em nome de Portugal e dos portugueses, e não para a autossatisfação da sua maioria parlamentar.

**(\*) Vice-presidente do PSD**



# POVO LIVRE

Directora: Maria Eduarda Azevedo Director-Adjunto: João Cordeiro Pereira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: psd@mail.telepac.pt

**Marcelo nas Jornadas Parlamentares de Torres Vedras**

## PSD propõe aumento extraordinário de 12 a 24% para as pensões degradadas já a partir de 1 de Dezembro

Proposta de aumento extraordinário das pensões mais degradadas

	Pensões actuais	Proposta PSD	% de aumento	Nº beneficiários
Pensões Sociais	22.100\$	27.500\$	24%	620.000
< Pensão Mínima(a)	27.000\$	32.500\$	20%	520.000
< Pensão Mínima(b)	30.100\$	35.000\$	16%	180.000
< Salário mínimo(a)	32.300\$	37.500\$	16%	160.000
< Salário mínimo(b)	42.400\$	47.500\$	12%	200.000

Notas:  
 (a) < 15 anos      (b) > 15 anos      Os valores das pensões referem-se à pensão média

- **PSD convida Maria de Belém a aceitar Plano Nacional contra listas de espera**
- **Governo que não manda é mandado e quem pensa que manda nele acha que é dono de Portugal**

páginas 7 a 11

**Marques Mendes nas Jornadas Parlamentares**

## Governo deve obrigar de imediato IPE a pôr fim ao negócio do supermercado do Brasil

páginas 4 a 6

**Pacheco Pereira na Assembleia da República**

## Partido Socialista actua como se fosse o "Partido Sonae"

página 15

Edição n.º 1152 do "Povo Livre", de 17 de junho de 1998. Manchete: "Marcelo nas Jornadas Parlamentares de Torres Vedras: PSD propõe aumento extraordinário de 12 a 24% para as pensões degradadas já a partir de 1 de dezembro". Maria Eduarda Azevedo era a diretora do "Povo Livre".



## CONVOCATÓRIAS DO PSD

### Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



### AMADORA

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Amadora, para reunir no próximo dia 01 de Julho de 2017 (sábado) pelas 17h00, na sede concelhia, sita na Av. 11 de Setembro, 16, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 - Eleição da Comissão Política de Secção.

#### Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral;

- As urnas estarão abertas das 17h00 às 23h00

### CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cascais, para reunir no próximo dia 01 de Julho de 2017, (sábado) pelas 17h00, na sede, sita no Largo da Estação, n.º 4, 1º, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia da Secção
- 2 - Eleição da Comissão Política da Secção

#### Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral;

- As urnas estarão abertas das 17h00 às 23h00.

### LAGOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lagoa (Algarve) para reunir no próximo dia 08 de Junho de 2017 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede, sita, na Rua Joaquim Eugénio Júdice, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 - Análise da situação política
- 2 - Autárquicas 2017
- 3.- Outros assuntos.

### LISBOA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais convocam-se os militantes da Assembleia da Área Metropolitana do Distrito de Lisboa, dotados de capacidade eleitoral activa para os Órgãos Distritais, para, conforme a respectiva Secção de inscrição em que militam, reunirem nas Secções: **Amadora, Azambuja, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra, Vila Franca de Xira**, no próximo dia 01 de Julho de 2017 (sábado) pelas 17h00, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- Ponto único
- Eleição da Mesa da Assembleia Distrital
  - Eleição da Comissão Política Permanente Distrital
  - Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital
  - Eleição da Comissão Distrital de Auditoria Financeira.
  - Eleição dos Delegados de Secção à Assembleia Distrital

#### - Secções de voto e localização:

**Amadora** - Sede sita na Av. 11 de Setembro de 1979, loja 16 A

**Azambuja** - Sede sita na Rua D. sancho I, nº 1

**Cascais** - Sede sita no Largo da estação, 4 - 12º

**Mafra** - Sede sita - Rua do Arvoredo, Bloco B, cave, - Ericeira

**Lisboa** -, Hotel Sana Lisboa - Av. Fontes Pereira de Melo, 8, Lisboa

**Loures** -, Sede sita na Rua Diogo Cão, nº 2 Loja 4 - Parque Residencial do Almirante

- Santo António dos Cavaleiros

**Odivelas** - Sede sita na Rua Combatentes do Ultramar, nº 20 - B.

**Oeiras** -, Sede sita na Av. Carolina Michaelis, lote 37 - Linda-a-Velha

**Vila Franca de Xira** - Sede do PSD da Póvoa de Santa Iria, sita na Rua Professor Vitor Manuel Morais, nº 30 r/c

**Sintra** - Sede sita na Rua Mário Costa Ferreira Lima, 7 r/c

#### Notas

1. As listas de candidatura para os Órgãos Distritais a eleger directamente deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a Sede Distrital aberta para o efeito, naquele dia, até às 24h00.

2. As Listas de candidaturas dos delegados de Secção deverão ser entregues aos Presidentes das Assembleias de Secção correspondentes, ou a quem estatutariamente os possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, devendo estar abertas, nos mesmos termos e para os mesmos efeitos, as respectivas Sedes.

3. As urnas estão abertas, em cada Secção, das **17h00 às 23h00**

- Chama-se a atenção dos militantes e dos. Presidentes das Assembleias de Secção para o facto de ser a presente eleição um acto complexo, contemplando o sufrágio universal e directo de quatro órgãos distritais, bem como dos delegados, pelo que deverão as Secções providenciar urnas para a realização da eleição simultânea dos diversos órgãos e dos delegados.

### MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mafra, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 01 de Julho de 2017, (sábado) pelas 17h00, na sede, sita na Rua do Arvoredo, Bloco B - Ericeira, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia da Secção
- 2 - Eleição da Comissão Política da Secção

#### Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral;

- As urnas estarão abertas das 17h00 às 23h00.

### MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção da Maia, para reunir no próximo dia 14 de Junho de 2017, (quarta-feira), pelas 21h00, Sede, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, 987, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Autárquicas 2017
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Diversos

### ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Odivelas, para reunir no próximo dia 01 de Julho de 2017 (sábado) pelas 17h00., na sede, sita na Rua Combatentes do Ultramar, nº 20 B, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;  
Eleição da Comissão Política de Secção;

#### Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 17h00 às 23h00

### PENAMACOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Penamacor, para reunir, no próximo dia 30 de Junho de 2017 (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua 254 de Abril, 66- 1º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção

- a) Mesa da Assembleia de Secção
- b) Comissão Política de Secção

#### Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede encontra-se aberta para o efeito das 21h00 às 24h00

- As urnas estão abertas das 21h00 às 23h00

### PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Portalegre, para reunir, no próximo dia 16 de Junho de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede distrital, sita, na Rua Combatentes da Grande Guerra, 17, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Eleições Autárquicas 2017
- 3 - Análise da situação política



**SALVATERRA DE MAGOS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Salvaterra de Magos, para reunir, no próximo dia 07 de Junho de 2017, (quarta-feira) pelas 21h00, na sede, sita, na Rua Dr. Miguel Bombarda, 8 - 1º Esq, com a seguinte Ordem de trabalhos

- 1 - Autárquicas 2017
- 2 - Outros assuntos de interesse

**SOURE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Soure, para reunir, no próximo dia 16 de Junho de 2017, (sexta-feira) pelas 21h30, na Rua Morais Pinto, nº 6 - 2º andar, com a seguinte Ordem de trabalhos

- 1 - Análise da situação política
- 2 - Autárquicas 2017 - ponto da situação

**VILA FRANCA DE XIRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Franca de Xira, no próximo dia 01 de Julho de 2017, (sábado) pelas 17h00, na sede do PSD da Póvoa de Santa Iria, sita na Rua Professor Vitor Manuel Morais, 30 r/c, com a seguinte Ordem de trabalhos

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia da Secção
- 2 - Eleição da Comissão Política da Secção

**Notas**

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral;
- As urnas estarão abertas das 17h00 às 23h00.



**MIRA**

Ao abrigo dos Estatutos da JSD e demais Regulamentação aplicável, convoco Plenário Eleitoral da Concelhia de Mira, das 18h - 20:00, no dia 8 de julho de 2017, na sede do PSD de Mira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia da JSD/Mira e da Mesa do Plenário da Concelhia da JSD/Mira.

A entrega das listas e a condução da Assembleia Eleitoral cumprirá as disposições previstas nos Estatutos da JSD e demais regulamentação aplicável, no mesmo local indicado para o Plenário Eleitoral.

**FORNOS DE ALGODRES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Fornos de Algodres, para o Plenário a realizar no próximo dia 30 de Junho (sexta-feira), pelas 21:30 horas na Sede do PSD de Fornos de Algodres sita na Rua do Espírito Santo, n.º 2 - R/C Dto., Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD de Fornos de Algodres.

**Nota:**  
As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorre na Sede do PSD de Fornos de Algodres sita Rua do Espírito Santo, n.º 2 - R/C Dto., Fornos de Algodres.  
As urnas estarão abertas entre as 21:30 horas e as 23:30 horas.

**VILA NOVA DE POIARES**

Ao abrigo dos Estatutos da JSD e demais Regulamentação aplicável, convoco Plenário Eleitoral da Concelhia de Vila Nova de Poiares das 21h - 23:00, no dia 1 de julho de 2017, na sede do PSD de Vila Nova de Poiares, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia da JSD/Vila Nova de Poiares e da Mesa do Plenário da Concelhia da JSD/Vila Nova de Poiares.

**Notas:**

A entrega das listas e a condução da Assembleia Eleitoral cumprirá as disposições previstas nos Estatutos da JSD e demais regulamentação aplicável, no mesmo local indicado para o Plenário Eleitoral.

**ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR DE 24/05/2017**

**NÚCLEO DE ESTUDANTES SOCIAL DEMOCRATAS DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convocam-se os estudantes da Universidade de Évora, militantes da JSD, para reunir no dia 26 de Junho de 2017 (segunda-feira), pelas 15h, na Sede do PSD Distrital de Évora, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 48, em Évora, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos órgãos do Núcleo de Estudantes Social Democratas da Universidade de Évora (NESD/UE).

**Notas:**

As listas concorrentes deverão ser entregues na Sede do PSD Distrital de Évora, que para o efeito se encontrará aberta, ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Évora ou a quem a possa estatutariamente substituir, até às 23h59m do 3.º dia anterior ao acto eleitoral.

Os interessados em participar no acto eleitoral deverão fazer prova da sua militância e da sua condição de estudante da Universidade de Évora, cumprindo para isso os requisitos a ser publicados nos locais próprios.

As urnas estarão abertas entre as 15h00 e as 17h00.

**CONVOCATÓRIA**

**ELEIÇÕES DOS CONSELHEIROS DISTRITAIS DE BRAGA DA JSD**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se os Plenários das Concelhias da JSD do Distrito de Braga, para reunir no próximo dia 7 de julho (sexta-feira), entre as 19 horas e as 22 horas, nos locais abaixo indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição dos Delegados Concelhios ao Congresso Distrital da JSD de Braga.

**Notas:**

As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, nos locais indicados, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

**AMARES**

Rua Francisco Bernardo Sousa Monteiro, n.º 36  
4720-079 Ferreiros AMR

**BARCELOS**

Av. Alcaldes de Faria, n.º 270 - 1.º Dt.  
4750-106 Barcelos

**BRAGA**

Largo da Senhora-a-Branca, n.º 116  
4710-926 Braga

**CABECEIRAS DE BASTO**

Rua das Pondres (Quinchoso)  
Refojos de Basto  
4860-402 Cabeceiras de Basto

**CELORICO DE BASTO**

Rua Rodrigo de Sousa e Castro, Edf. São Silvestre  
Bloco C - Loja 5 4890-377 Celorico de Basto

**ESPOSENDE**

Largo Dr. Fonseca Lima, n.º 14 - A  
4740-223 Esposende

**FAFE**

Praça 25 de Abril  
4820-261 Fafe

**GUIMARÃES**

Largo do Tourel , n.º 125  
4810-427 Guimarães

**PÓVOA DE LANHOSO**

Rua Comandante Luís Pinto da Silva, n.º 1 - 4.º A  
4830-909 Póvoa de Lanhoso

**TERRAS DE BOURO**

Rua DR. Francisco Xavier de Araújo  
4841 - 909 Terras de Bouro



VIEIRA DO MINHO  
Rua Adriano Pinto Basto, n.º 212 - 3.º Sala 14  
Centro Comercial Vinova  
4760-114 Vila Nova de Famalicão

VILA VERDE  
Rua 1.º de Maio, n.º 33 - 1.º Trás  
4730-736 Vila Verde

VIZELA  
Rua Joaquim Pinto, n.º 130 - B  
4815-434 Vizela

### **CONVOCATÓRIA CONGRESSO DISTRITAL DE BRAGA DA JSD**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, dá-se cumprimento ao estabelecido e convoca-se o Congresso Distrital de Braga da JSD a decorrer no dia 15 de julho de 2017, em Braga.

Notas:

1. As listas candidatas aos sufrágios e respetiva documentação deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Nacional, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (12 de julho), na Sede Distrital da JSD e PSD de Braga, sita na Rua de Santa Margarida, n.º 2 - A 2.º Sala 8, 4710-306 Braga, que para o efeito se encontrará aberta.

1. Toda a documentação deverá respeitar as normas estatutárias e regulamentos da JSD.

2. O ato eleitoral terá a duração de três horas, pelo que as urnas estarão abertas entre as 15h e as 18h.

## **REGULAMENTO DO CONGRESSO DISTRITAL DA JSD BRAGA**

### **CAPÍTULO 1 | DO PRESENTE REGULAMENTO**

#### **Artigo 1.º (Objeto)**

O presente Regulamento visa dar cumprimento ao disposto nas alíneas a) e b) do artigo 3.º, do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais, disciplinando o funcionamento do Congresso Distrital de Braga da JSD, no seguimento da decisão do Conselho de Jurisdição Nacional que determina a invalidade do ato eleitoral realizado anteriormente e ordena a repetição do mesmo.

#### **Artigo 2.º (Definição)**

O Congresso Distrital é o órgão máximo representativo de todos os militantes da JSD, inscritos na circunscrição territorial distrital, conforme definido nos estatutos da JSD.

### **CAPÍTULO 2 | DO CONGRESSO DISTRITAL E SEUS MEMBROS**

#### **Artigo 3.º (Competências)**

É da responsabilidade do Congresso Distrital:

- a) A eleição da Mesa do Conselho Distrital/Mesa do Congresso Distrital bem como da Comissão Política Distrital;
- b) A definição da política e linhas gerais de atuação dos órgãos distritais, através da aprovação de moções de estratégia global e de moções sectoriais.

#### **Artigo 4.º (Composição e Direitos de Voto)**

1. Compõem o Congresso Distrital, com direito a voto:
  - a) O Presidente e o Secretário-Geral da Comissão Política Distrital, regularmente eleita e em exercício de funções;
  - b) Os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias regularmente eleitas e em exercício de funções, com a possibilidade de delegação prevista na alínea b), do artigo 27.º, do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD, exercida mediante entrega da respetiva ata à Mesa do Congresso Distrital até ao início dos trabalhos;
  - c) Representantes das estruturas concelhias, denominados Delegados Residenciais, eleitos nos termos do artigo seguinte.
2. São ainda membros do Conselho Distrital, ainda que sem direito de voto:
  - a) A Mesa do Conselho Distrital, que será também a Mesa do Congresso Distrital;
  - b) Os membros da Comissão Política Distrital;
  - c) Os membros do Conselho Distrital mencionados nas alíneas e), f), g), h), i), j), k) e j) do artigo 4º, do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais.
3. A qualidade em que um Membro participa no Congresso Distrital é imutável durante o decurso do mesmo.
4. Competirá à Mesa do Conselho Distrital verificar a existência do quórum, designadamente verificando a qualidade dos presentes.

#### **Artigo 5.º (Eleição de Delegados Residenciais e Elaboração do Rateio)**

1. A eleição dos Delegados Residenciais atribuídos a cada Concelhia através da aplicação do Método de Hondt, após atribuição automática de 1 delegado a cada Concelhia, assegurando-se o disposto no n.º 3, do artigo 279, dos Estatutos Nacio-

nais da JSD no que respeita ao número mínimo 15 militantes inscritos, para que se considere uma unidade territorial municipal como Concelhia da JSD, rege-se pelo disposto no Regulamento Eleitoral com as seguintes ressalvas:

- a) As eleições dos Delegados são marcadas pela Mesa do Conselho Nacional e convocadas pelo seu Presidente;
- b) Os atos eleitorais deverão ocorrer com a maior simultaneidade possível;
- c) Até ao 5º dia posterior à publicação das convocatórias, o Presidente da Comissão Eleitoral Independente da JSD remeterá à Mesa do Conselho Distrital a indicação do número de militantes de cada concelhia da região.
- d) Com base nesta indicação, a Mesa procederá ao rateio pelas concelhias e, até ao décimo dia posterior à publicação da convocatória, comunicará ao Presidente da CEI da JSD e às Mesas dos Plenários Concelhios o número de delegados a eleger em cada concelhia, admitindo-se para este efeito o uso dos meios de comunicação eletrónica oficialmente inscritos nos serviços da JSD.
- e) Caso alguma concelhia não proceda à eleição dos seus delegados por qualquer motivo serão os seus delegados redistribuídos tendo por base o mesmo critério.

#### **Artigo 6º (Direitos dos Membros)**

Constituem direitos dos Membros do Congresso Distrital:

- a) Apresentar requerimentos, propostas e moções sectoriais;
- b) Apresentar moções de estratégia global nos termos do Presente Regulamento;
- c) Interpelar e pedir esclarecimentos à Mesa do Congresso;
- d) Participar nas discussões e votações;
- e) Interpelar os órgãos Distritais;
- f) Usar do direito de resposta, quando visados;
- g) Apresentar declaração de voto por escrito, para constar em ata.

#### **Artigo 7.º (Deveres dos Delegados)**

1. Constituem deveres dos Conselheiros:
  - a) Comparecer ao Congresso Distrital com pontualidade e proceder à sua inscrição/credenciação;
  - b) Participar nas votações;
  - c) Respeitar a dignidade do Congresso Distrital e dos seus membros;
  - d) Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regulamento e acatar a autoridade do Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou de quem o substitua nessas funções;
  - e) Contribuir pela sua diligência, para a eficácia dos trabalhos e o prestígio do Congresso Distrital, e em geral, para a boa imagem da JSD;
  - f) Abster-se do uso de expedientes dilatatórios, ou requerimentos extemporâneos, inapropriados ou desproporcionais.

#### **Artigo 8.º (Participantes e Observadores)**

1. O Congresso Distrital, a requerimento da CPD ou do próprio, poderá conferir o estatuto de participante a militantes ou personalidades, cuja intervenção nos trabalhos considere relevante, nomeadamente membros de órgãos e estruturas de apoio à CPD e Presidentes de Associações Académicas ou de Estudantes do Distrito.
2. A qualidade referida no número anterior pode ser atribuída no todo ou em parte das reuniões e confere aos visados o direito ao uso da palavra.
3. O Congresso Distrital poderá igualmente admitir a presença de observadores sem direito ao uso da palavra.

### **CAPÍTULO 3 | DOS TRABALHOS**

#### **Artigo 9.º (Data e Hora)**

O Congresso Distrital de Braga da JSD decorrerá no dia 15 de julho de 2017, em Braga, com início às 15h, na Sede Distrital da JSD e PSD, sita na Rua de Santa Margarida, n.º 2 - A 2.º Sala 8, 4710-306 Braga.

#### **Artigo 10.º (Quórum)**

1. O Congresso Distrital reunirá à hora marcada desde que se encontrem pre-sentes mais de metade dos seus membros ou meia hora depois da hora marcada com a presença de qualquer número de membros.
2. A existência de eventuais interrupções ou pausas por necessidades alimenta-res, de descanso ou manutenção da ordem, não implicam nova verificação de quórum.
3. No que diz respeito aos delegados ao Congresso, não é admitida a delegação de poderes para nenhum efeito ou qualquer forma de substituição, mesmo que parcial.
4. Excetua-se do exposto o caso da substituição de um Delegado pelo membro seguinte da lista (ou suplente), desde que comunicada à Mesa do Conselho Distrital até ao início dos trabalhos.

#### **Artigo 11.º (Funcionamento)**

O funcionamento do Congresso Distrital, em tudo o que não contrarie a sua natureza ou o Presente Regulamento, rege-se pelos termos que regulam os Conselhos Distritais.

#### **Artigo 12.º (Ordem de trabalhos)**

1. Abertura e Boas vindas;
2. Apresentação e discussão das moções sectoriais;
3. Apreciação do mandato Distrital
4. Apresentação das moções de estratégia global e candidaturas
5. Eleição dos órgãos Distritais mandato 2017/2019 e aprovação da moção de Estratégia Global (urnas abertas entre as 15h e as 18h)
6. Votação das moções sectoriais e aprovação de militantes honorários
7. Tomada de Posse dos órgãos, após apuramento e publicitação dos resultados
8. Encerramento



### Artigo 13.º (Uso da Palavra)

1. A palavra será concedida aos Conselheiros para os seguintes efeitos:
  - a) Apresentar propostas e moções, dispondo de um máximo de dez minutos, e de mais cinco minutos no fim da discussão;
  - b) Exercer o direito de resposta, sem exceder os três minutos;
  - c) Participar nos debates, tendo direito a cinco minutos de intervenção;
  - d) Interpelar os órgãos distritais, sem exceder os três minutos;
  - e) Invocar o Regulamento e interpelar a Mesa;
  - f) Apresentar requerimentos, protestos, contraprotestos e formular votos;
  - g) Apresentar recursos, sem exceder os três minutos;
  - h) Pedir ou dar esclarecimentos, sem exceder os três minutos;
  - i) A Mesa retirará a palavra ao orador que ultrapasse o tempo limite ou que desrespeite o Regulamento, e ainda quando o discurso se torne ofensivo ou se desvie do objeto do pedido de uso da palavra;
  - j) A Mesa pode restringir o tempo dos oradores de forma equitativa, tendo em consideração o tempo disponível.

### Artigo 14.º (Competências do Presidente da Mesa)

1. Compete ao Presidente da Mesa:
  - a) Presidir ao Congresso Distrital, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os respetivos trabalhos;
  - b) Admitir ou rejeitar requerimentos, propostas e moções, verificada a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito de recurso para o Congresso Distrital;
  - c) Conceder a palavra aos delegados e aos Participantes;
  - d) Colocar à discussão as propostas e as moções admitidas;
  - e) Colocar à imediata votação, todos os requerimentos admitidos;
  - f) Manter a ordem durante os trabalhos, podendo para isso tomar as medidas que entender por convenientes, designadamente advertindo o orador que esteja fora de ordem ou retirando-lhe a palavra;
  - g) Assegurar o cumprimento de todas as disposições legais, bem como decisões do Congresso Distrital ou da sua Mesa.

### Artigo 15.º (Competências dos Vice - Presidentes da Mesa)

1. Compete aos Vice-Presidentes:
  - a) Substituir o Presidente na sua ausência ou impedimento;
  - b) Coadjuvar o Presidente no desempenho das suas funções;
  - c) Desempenhar as funções que lhe sejam delegadas.

### Artigo 16.º (Competências dos Secretários da Mesa)

1. Compete aos Secretários:
  - a) Proceder à conferência das presenças, assim como verificar o quorum e registar as votações;
  - b) Organizar as inscrições dos Membros ou Participantes que pretendam usar da palavra;
  - c) Fazer as leituras indispensáveis dos documentos, durante as reuniões;
  - d) Ajudar os restantes membros da Mesa no desempenho das suas funções;
  - e) Servir de escrutinador;
  - f) Elaborar as atas.

## CAPITULO 4 | DAS MOÇÕES E CANDIDATURAS

### Artigo 17.º (Moções de Estratégia Global)

1. Os candidatos a Presidente da Comissão Política Distrital - e apenas estes - devem no mesmo prazo de apresentação das candidaturas apresentar a Moção de Estratégia Global por si subscrita em nome individual ou da lista que representa onde constem o seu Programa, Linhas Gerais de Atuação, Prioridades e Princípios ou outros elementos que o Subscritor entenda fazer constar. Esta apresentação não deverá ultrapassar os 25 minutos.
2. Não há requisitos de forma ou limitações de qualquer natureza ao conteúdo destas Moções.
3. As moções de Estratégia Global poderão ter um título, sem que tal seja obrigatório, e a sua identificação pode incluir referência a uma lista ou lema ou localidade
4. Considera-se aprovada a Moção de Estratégia Global da lista mais votada à Comissão Política Distrital.

### Artigo 18.º (Moções Sectoriais)

1. As moções sectoriais dizem respeito a temas específicos, regiões em concreto, eventos ou problemáticas políticas cujo tratamento possa ser individual e autónomo e poderão ser subscritas e apresentadas por qualquer membro do Congresso Distrital, estando vedadas, portanto, aos participantes ou observadores.
2. Se aprovadas, e não contendendo com a Moção de Estratégia Global vencedora, as moções sectoriais devem ser entendidas pela Comissão Política Distrital vencedora como orientações do Congresso Distrital, a executar nos moldes possíveis.

### Artigo 19.º (Apresentação e Poder de Disposição sobre as Moções Sectoriais)

1. Os subscritores de moções sectoriais poderão indicar quem fará a sua apresentação e poderão retirar as Moções até ao momento em que se inicie a votação das mesmas, acontecendo o mesmo no caso de se tratar de Moções de autoria de Comissões Políticas Concelhias.

### Artigo 20.º (Candidaturas aos órgãos Distritais)

As Listas devem ser apresentadas até às 23:59 horas do 3º dia anterior ao da realização do Congresso Distrital, ao Presidente da Mesa do Congresso Nacional ou a quem estatutariamente o possa substituir, nos termos do disposto no Regulamento Eleitoral da JSD, Sede Distrital da JSD e PSD, sita na Rua de Santa Margarida, n.º 2 - A 2.º Sala 8, 4710-306 Braga.

### Artigo 21.º (Distinções Honorárias Distritais)

1. O Conselho Distrital pode atribuir a distinção de Presidente Honorário Distrital da JSD a antigos Presidentes da Comissão Política Distrital da JSD ou do PSD, que se tenham notabilizado excepcionalmente no exercício das suas lideranças, pelo serviço prestado aos jovens do Distrito, e pela promoção dos ideais da JSD.
2. A distinção de Militante Honorário Distrital atribuída aos antigos dirigentes Distritais da JSD que tenham, ao serviço da JSD e dos jovens do Distrito, contribuído de forma e mérito excepcional para a promoção do ideário da JSD.
3. Estas deliberações são tomadas por voto secreto, sob proposta da CPD, da Mesa do Conselho Distrital ou de três Comissões Políticas Concelhias.
4. A perda da distinção de Militante Honorário da JSD será deliberada pelo Congresso Distrital, por maioria absoluta dos conselheiros presentes, em caso de grave desconsideração pelos jovens do respetivo Distrito, de afronta pública à JSD ou de desprestígio manifesto.

## CAPITULO 5 | DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

### Artigo 22.º (Lacunas)

A integração de lacunas, bem como a resolução das dúvidas suscitadas pela interpretação de qualquer norma do presente Regulamento, far-se-á recorrendo, em primeiro lugar, à analogia com as disposições dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Nacional dos Conselhos e Congressos Distritais, em segundo lugar ao normativo do PSD e em terceiro lugar à lei geral subsidiariamente aplicável.

### Artigo 23.º (Entrada em vigor)

O presente regulamento entra em vigor imediatamente com a sua publicação.